

O EMPREGO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

EMPLOYMENT AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL INCLUSION

Jullyana Meury Alves de Sousa¹
Antônio Caubi Ribeiro Tupinambá²

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. (Sposatti apus Wanderley, 2001, p. 20).

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) executa as políticas públicas nacionais na área do trabalho. Diversas publicações que traçam um panorama da trajetória do emprego e dos impactos econômicos na condição de ocupação dos brasileiros vêm sendo organizadas ao longo dos últimos anos pelos analistas de mercado de trabalho da instituição.

A obra ora resenhada de 2018 se intitula “As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social”. Trata-se da mais recente contribuição do IDT para a literatura especializada na área e também pode servir de apoio aos interessados em estudos no âmbito do Comportamento Organizacional, tendo em vista sua dimensão de análise do ambiente organizacional interno e externo, das relações de trabalho, empregabilidade e perspectivas futuras de jovens que querem se inserir no mercado de trabalho e nas

1 Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade 2762 - 60020-024 Fortaleza CE. Brasil. Email: jullyanameury14@gmail.com

2 Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade 2762 - 60020-024. Fortaleza CE. Brasil. Email: tupinamb@ufc.br.
<https://orcid.org/0000-0001-7786-6687>

organizações. Seminário homônimo ao livro foi realizado pelo IDT, em novembro de 2017, em parceria com a Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC), com apoio do Governo do Estado do Ceará.

A coletânea de artigos que compõe a obra foi selecionada por Amilton José Moretto, Franco de Matos, Júnior Macambira e Maria Cristina Cacciamali, dividida em duas partes. Na primeira, os autores contextualizam os impactos da crise econômica sobre a geração de emprego e renda, bem como as transformações do mercado de trabalho advindas da recessão; na segunda o sistema público de emprego tomando por referência o Sistema Nacional de Emprego (Sine) enquanto entidade executora, as políticas públicas que o endossam, assim como os desafios que a ele se colocam.

Os três primeiros capítulos representam um dossiê com informações sobre a desaceleração da economia brasileira a partir de 2010. Os referidos dados são apresentados por meio de tabelas e gráficos e articulados aos impactos da recessão nos níveis de desemprego, informalidade e precarização no trabalho. Informações oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Contas Nacionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que apontam para a queda no desempenho da economia nacional em vários índices, a saber: Produto Interno Bruto (PIB), da Formação Bruta de Capital, Consumo das Famílias, Consumo do Governo e Importações.

O primeiro capítulo de Marcio Pochmann se intitula “Recessão e mercado do trabalho no Brasil”. O texto aponta as esferas sociais mais afetadas pela recessão econômica em termos de grau de escolaridade, faixa etária, gênero e território. Segundo o autor, os maiores índices de desemprego estão entre os mais jovens, enquanto a maior queda dos postos de trabalho se dá entre os de menor escolaridade. Uma vez que as consequências da crise econômica atual no Brasil atingiu a população mais empobrecida e menos escolarizada, não chega a ser surpreendente que nesta conjuntura, notícias venham alardeando o retorno de um contingente populacional à condição de miséria, bem como a falta de perspectivas de reverter a situação.

O segundo capítulo, de Paulo Baltar e Eugenia Leone, destaca os impactos da recessão “na condição de atividade das pessoas, nas posições de ocupação e nos setores da economia” (p. 36). No capítulo intitulado “O mercado de trabalho no Brasil na Recessão 2015-2016”, nomeados autores fazem a análise do biênio que é considerado o epicentro da crise, sem deixar de situá-lo no contexto dos anos antecedentes e subsequentes à recessão, imprescindíveis para a compreensão do fenômeno. A instância mais afetada, a partir do recorte do referido capítulo, foi a do emprego formal no setor privado, fato que emplacou o aumento da informalidade. A taxa de emprego no setor público também sofreu queda, porém, em menor intensidade que no setor privado, fato que caracteriza postos de trabalho ligados ao setor público como sendo a principal porta de entrada para pertencer à parcela economicamente ativa da população, sobretudo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O terceiro capítulo, de Clemente Ganz Lúcio, Fernando Murta Ferreira Duca e Patrícia Lino Costa, profissionais vinculados ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), faz o recorte dos impactos da crise para o mercado de trabalho, principalmente sobre como tais impactos atingem, de maneira distinta, as várias regiões do país. Objetivando uma avaliação regionalizada, no capítulo “Impactos da crise no mercado de trabalho: 2014 a 2016”, seus autores se utilizam de fontes estatísticas para além das já citadas, a saber: o DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Assim, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e de São Paulo são avaliadas nos parâmetros de Taxa de Desemprego Total, Aberto e Oculto, nível de ocupação e distribuição da ocupação por setor de atividade.

Após uma sequência de textos analíticos, com dados quantitativos esclarecedores em relação ao cenário da recessão econômica a partir de 2010, o texto do capítulo quatro traz um formato mais discursivo e dialógico, diretamente ligado à precarização e flexibilização das condições de trabalho. Vale a pena observar que em tempo de reformas trabalhistas que visam tornar legais diversas formas de trabalho precarizado outrora rejeitadas e combatidas, poucos temas se fazem tão atuais e pertinentes como aquele tratado por Giovanni Alves em seu texto intitulado “Modelo Uber, autoempreendedorismo e as misérias do trabalho vivo no século XXI: breves notas sobre alienação e auto alienação no capitalismo flexível”. Nesse capítulo, o autor fala da nova organização do trabalho em torno do “mito do autoempreendedorismo”, bastante favorecida pela articulação de tecnologias informacionais e a popularização do acesso *mobile* à internet. Contexto no qual empresas como a UBER exploram uma força de trabalho não absorvida pelo mercado, contribuindo com a diminuição da taxa de desemprego aberto por meio da proliferação e legitimação do subemprego (p. 93). Com muita propriedade na temática da precarização laboral, Giovanni Alves introduz o leitor no que se conhece por “Gig Economy” e Capitalismo Flexível, por vezes não percebidos por quem se debruça nas análises acerca da empregabilidade no mundo hodierno.

Erle Mesquita observa em capítulo autoral a crise econômica que vem abalar as expectativas de futuro da juventude brasileira, após um período de crescimento econômico e de expansão das políticas de educação superior, em função das condições impostas ao mercado e às iniciativas sociais (p. 105). Nessa conjuntura, “a juventude metropolitana que nem trabalha, nem estuda, nem procura oportunidade laboral”, como expressa o título do capítulo, era de quase 1 (um) milhão de pessoas somente nas cinco regiões metropolitanas pesquisadas em 2016. Considerando que a maioria desses jovens entre 15 e 29 anos possui bons índices de escolaridade, a dificuldade de fazer a transição entre a escola e o mercado de trabalho ganha contornos de preocupação social. No que pese a categoria classificatória “nem-nem-nem” (nem trabalha, nem estuda, nem procura oportunidade laboral), se por um lado torna um contingente populacional visível às políticas públicas, por outro carrega o peso da rotulação, uma vez que o período de latência entre a escola e o trabalho dificilmente é visto de forma positiva.

Seguindo a linha das análises de condição laboral nas regiões metropolitanas, o texto “Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade Social na região metropolitana do Cariri” de Christiane Alves, Valéria Pinheiro, Evanio Paulo e Júnior Macambira reafirma a condição de vulnerabilidade ocupacional nas regiões metropolitanas e enfatiza as disparidades entre o meio rural e o perímetro urbano. Segundo os autores, o triângulo Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) é o complexo regional que dita a dinâmica econômica do sertão cearense, segundo maior agregado populacional do estado, onde a economia local é marcada por altos índices de informalidade e empregos de baixo rendimento. A segunda parte do livro se dispõe a ser mais propositiva dentro do olhar das políticas públicas voltadas ao trabalhador e à geração de emprego e renda. Os três primeiros capítulos dessa segunda parte dão conta de um panorama repleto de informações sobre a constituição histórica do sistema público de emprego no Brasil, bem como os desafios que a este se colocam na atualidade. Um exemplo disso é o capítulo de Maria Cristina Cacciamali e Maria de Fátima José-Silva intitulado “Novos tempos e o sistema público de emprego”, que introduz ao leitor a estrutura do Sistema Público de Emprego no mundo e a realidade da experiência brasileira do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O Sine, além de apresentar resultados modestos no cumprimento de suas atribuições, enfrenta desafios como descontinuidade dos ciclos políticos, centralidade da coordenação na esfera federal, falta de visibilidade/divulgação, despreparo de atendentes e diminuição dos recursos a ele destinados.

Márcio Alves Borges traz sua contribuição para a obra com o capítulo “Sistema Nacional de Emprego: Uma

agenda de revitalização e novos cenários com a tecnologia da informação”. Nele, Borges advoga o uso da *internet* como meio de divulgar, democratizar e otimizar atribuições do Sine. Já no capítulo seguinte de Amilton J. Moretto: “O Sine no Século XXI: informação, tecnologia e políticas públicas de trabalho” se discute a importância da informação para o planejamento e a formulação de políticas públicas de trabalho, bem como para a execução das funções do Sine. Num momento de desenvolvimento sócio-cultural em que a informação e o conhecimento são fatores estratégicos na articulação de qualquer política, a tecnologia precisa de bom uso enquanto aliada do serviço público. Com o Sine não é diferente.

André Gambier Campos analisa as estratégias que pessoas em situação de desemprego utilizam na prospecção de uma nova oportunidade. No capítulo denominado “Procura por ocupação no Brasil: a crise econômica e a demanda pelo Sine”, o autor aponta que a busca por uma agência pública enquanto intermediadora entre empregador e trabalhador é feita, sobretudo, por pessoas menos instruídas e economicamente mais vulneráveis, sendo que o grande contingente populacional de desempregados que prospectam vagas prefere os meios individuais de indicação, contato direto com o empregador ou ainda recorrem às agências de emprego privadas.

No capítulo intitulado “No outro lado do espelho. A intermediação de emprego e a inserção na voz dos beneficiários” Nadya Araújo Guimarães e Priscila Vieira apontam as dificuldades que os trabalhadores ainda encontram em se inserir no mercado uma vez qualificados pelo Pronatec. A não inserção no emprego formal se dá, sobretudo e, na ótica dos beneficiados, em função da curta duração dos cursos, colocada como empecilho por muitas empresas. Coerente com o que conclui em sua pesquisa de dissertação de Mestrado, Neiva (2016, p. 168) acerca dos qualificandos do Pronatec: “Um dos fatores relevantes para ser aprofundado é a orientação profissional dos jovens na qualificação profissional do Pronatec/BSM. Tomamos esse ponto como relevante porque ao fazer vários cursos os jovens não desenvolvem um conhecimento especializado e não possuem uma ideia de como isso é importante para o mercado de trabalho”. Ademais, os entrevistados sugerem uma intermediação entre eles e as oportunidades no setor privado pelo Pronate para obtenção de mais experiência e de uma possível vaga de emprego em suas áreas: “... as políticas públicas estão se constituindo como uma forma de organizar a transição da escola ao mercado de trabalho, porém, percebemos que ela ainda deixa muito a desejar. Oferecer cursos de qualificação não garante a empregabilidade do jovem principalmente quando este se direciona ao mercado de trabalho com um currículo cheio de cursos de áreas diversas apontando para um conhecimento generalista” (Gonzalez apud Neiva, 2016, p. 169).

O último capítulo é talvez o mais propositivo dentre todos, uma vez que apresenta experiências bem sucedidas de políticas de emprego que vão da intermediação para ao trabalho à concessão de crédito para financiar iniciativas individuais que fomentem a inclusão produtiva. Intitulado “Integração entre políticas de emprego e de inclusão produtiva - iniciativas do estado da Bahia”, no capítulo, Franco de Matos, Márcia Rosalvos e Thaís Rozas Teixeira traçam o percurso da estruturação de programas e da integração de políticas do Estado da Bahia que visam à geração de emprego e renda.

Há, para Paugman, um problema de desqualificação relacionado a fracasso e sucesso na integração, o qual considera a pobreza como sendo em parte produto de uma construção social e em outra problema de integração normativa e funcional de indivíduos, que passa essencialmente pela questão do emprego: “A desqualificação social aparece como o inverso da integração social. O Estado é então convocado a criar políticas indispensáveis à regulação do vínculo social, como garantia da coesão social” (Paugman apud Wanderley, 2001, p. 21). A desqualificação e desintegração são crescentes na realidade brasileira, especialmente em termos de

empregabilidade e apesar de esforços dos que a buscam vence-las, por meio de organismos e instituições. A efetividade de modelos vigentes para combater-las é questionável face ao cenário político e econômico desfavorável que se delinea no horizonte político nacional atual.

Diante de uma recessão econômica autofágica ao próprio modelo capitalista, o desemprego e a situação de não-trabalho dela provenientes vem capturar as subjetividades com grande potencial de adoecimento e sofrimento. Conhecer a dimensão do desemprego nos diferentes substratos populacionais, assim como as estratégias de prospecção, os aspectos particulares das condições de vulnerabilidade ocupacional, dentre outras informações que ajudam a traçar uma cartografia do desemprego no país é de fundamental importância para pensar políticas que se efetivem na direção de proporcionar, bem como mediar trabalho digno e geração de renda. No que tange as atuais políticas públicas de amparo ao trabalhador, esta obra é um convite à reflexão e à práxis em defesa das iniciativas governamentais para a redução das desigualdades sociais por meio do trabalho, gerando rico material para fundamentar ações futuras nessa direção.

Referências

- Neiva, D. A. de. (2016). O significado do trabalho para jovens da qualificação profissional no âmbito da assistência social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará.
- Wanderley, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, B. As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes.